U.PORTO

MESTRADO EM PSICOLOGIA
PSICOLOGIA DA JUSTIÇA E DA DESVIÂNCIA

Entre o passado e o presente: perspetivas sobre a violência intrafamiliar

Joana Duque Silva

M

2026

Universidade do Porto

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

ENTRE O PASSADO E O PRESENTE: PERSPETIVAS SOBRE A VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR

Joana Duque Silva

Outubro 2026

Dissertação apresentada no Mestrado em Psicologia, especialização em Psicologia da Justiça e Desviância, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, orientada pela Professora Doutora **Celina Manita** (FPCEUP).

AVISOS LEGAIS

O conteúdo desta dissertação reflete as perspetivas, o trabalho e as interpretações da autora no momento da sua entrega. Esta dissertação pode conter incorreções, tanto concetuais como metodológicas, que podem ter sido identificadas em momento posterior ao da sua entrega. Por conseguinte, qualquer utilização dos seus conteúdos deve ser exercida com cautela.

Ao entregar esta dissertação, a autora declara que a mesma é resultante do seu próprio trabalho, contém contributos originais e são reconhecidas todas as fontes utilizadas, encontrando-se tais fontes devidamente citadas no corpo do texto e identificadas na secção de referências. A autora declara, ainda, que não divulga na presente dissertação quaisquer conteúdos cuja reprodução esteja vedada por direitos de autor ou de propriedade industrial.

Agradecimentos

"While all parents need all the help they can get to help raise secure children, traumatized parents, in particular, need help to be attuned to their children´s needs."
"If you pay attention only to faulty biology and defective genes as the cause of mental problems and ignore abandonment, abuse, and deprivation, you are likely to run into as many dead ends as previous generations did, blaming it all on terrible mothers."

– Bessel Van Der Kolk (2014), The body keeps the score: mind, brain, and body in the transformation of trauma

Começo por agradecer à Professora Doutora Celina Manita, pelo apoio à conclusão desta dissertação e por ser uma fonte de conhecimento, verdadeiramente inspiradora.

Às mulheres que escolheram partilhar a sua história comigo, cuja generosidade e confiança tornaram este estudo possível, expresso o meu profundo agradecimento.

Gostaria, também, de agradecer à equipa do CAFAP, em particular, à Doutora Cláudia, por toda a disponibilidade e cooperação.

Aos amigos que me acompanharam ao longo destes seis anos, e futuros colegas de profissão, prometo recordar, para sempre, os momentos alegres, as conquistas e os desafios que partilhámos. Sou muito grata pelos laços bonitos que cultivámos e pelo vosso companheirismo, que tornou este processo muito mais leve.

Por fim, deixo um agradecimento muito especial à minha família. Aos meus pais, o meu maior modelo de resiliência e determinação, obrigada por respeitarem, acreditarem e motivarem todas minhas escolhas. Ao meu irmão e cunhada-irmã, obrigada pelo vosso ouvido atento e colo sereno, nos dias bons e nos menos felizes. Ao meu namorado, obrigada por acolheres, incondicionalmente, todas as minhas versões e por viveres todas as minhas vitórias como se fossem tuas. A compreensão e o amor que vocês me transmitem, todos os dias, são o meu combustível.

Resumo

A literatura sobre o ciclo intergeracional da violência intrafamiliar evidencia vulnerabilidade acrescida para a vitimação conjugal e para reprodução de práticas parentais desajustadas, em mulheres que foram expostas a ambientes conflituosos e/ou foram vítimas de abuso no seio familiar de origem (e.g. Lünnemann et al., 2019; Michl-Petzing et al., 2019; Montgomery et al., 2018; Morelli et al., 2021; Rosa et al., 2022). Contudo, assinala-se a necessidade de alargar o estudo, para além da adversidade na infância (Briere & Jordan, 2009), e de compreender a associação entre o ajustamento socioemocional, a organização familiar atual e a abordagem educativa das cuidadoras (Ogbonnaya et al., 2019; OMS, 2002).

O presente estudo procurou explorar os processos subjacentes à eventual continuidade geracional da violência, na perspetiva de mulheres que foram vítimas de maus-tratos durante a infância e/ou na idade adulta e que desempenham papéis maternos. Para o efeito, recorreu-se a uma metodologia qualitativa, tendo sido realizadas entrevistas semiestruturadas com 8 participantes.

Os dados, analisados através de um procedimento de análise de conteúdo temática (Braun & Clarke, 2006), evidenciaram que as experiências cumulativas de violência propiciaram um padrão de isolamento defensivo. No presente, salientam-se dinâmicas de coparentalidade disfuncional, caracterizadas pelos conflitos latentes à separação conjugal e à reorganização familiar. No que toca ao exercício parental, verifica-se uma tendência para a dedicação modelada pelo ideal de maternidade, que, associada à carência de apoio social, agrava o risco de uma parentalidade desadaptativa. No prisma da mudança, sobressai o papel da intervenção formal e a intencionalidade de quebrar padrões intergeracionais.

Palavras-chave: Violência Doméstica; Continuidade Intergeracional; Parentalidade; Figura Materna; Promoção e Proteção

Abstract

Literature on the intergenerational cycle of intra-family violence highlights an increased vulnerability to intimate partner victimization and to the reproduction of maladjusted parenting practices, by women that were exposed to conflictive environments and/or were victimized within their family of origin (e.g. Lünnemann et al., 2019; Michl-Petzing et al., 2019; Montgomery et al., 2018; Morelli et al., 2021). However, the need to extend the study beyond childhood adversity (Briere & Jordan, 2009) and to comprehend the association between socioemotional adjustment, current family organization, and the caregivers' educational approach is emphasized (Ogbonnaya et al., 2019; WHO, 2002).

This study sought to explore the processes underlying the potential intergenerational continuity of intra-family violence, from the perspective of women who were victims of maltreatment during childhood and/or adulthood and currently perform maternal roles. To this end, a qualitative methodology was implemented, and 8 semi-structured interviews were conducted.

Data was analysed through a thematic content analysis procedure (Braun & Clarke, 2006) and revealed that cumulative experiences of violence fostered a pattern of defensive isolation within the participants. At present, dysfunctional co-parenting dynamics, characterized by latent conflicts inherent to marital separation and family reorganization stand out. Regarding parenting, a tendency towards a dedication shaped by the ideal of motherhood is identified, which, coupled with the lack of social support, increases the risk of maladaptive parenting. In terms of change, the role of formal intervention and an intention to break intergenerational patterns are evident.

Keywords: Domestic Violence, Intergenerational Continuity; Parenthood; Maternal Figure; Child protection

Introdução

O ciclo intergeracional da violência intrafamiliar é um fenómeno vastamente estudado e empiricamente sustentado. Embora não exista uma relação linear ou causal entre a vitimação na infância e a perpetração da violência contra crianças, as experiências de abuso na família de origem aumentam, substancialmente, o risco da reprodução de práticas parentais desajustadas ou agressivas, por parte de mulheres que são mães biológicas ou figuras maternas (e.g. Lünnemann et al., 2019; Michl-Petzing et al., 2019; Montgomery et al., 2018; Morelli et al., 2021).

As definições internacionais, propostas pela OMS e pela ONU, sugerem que a violência contra crianças envolve sempre um grau de intencionalidade implícito a uma dinâmica de controlo e poder e associa-se a uma "*elevada probabilidade de resultar em morte, lesão ou outras formas de sofrimento físico e psicológico*" (United Nations Children's Fund, 2023, p.14). Em Portugal, a promoção e a proteção da infância rege-se, essencialmente, pela Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (Lei n.º 147/99, de 1 de setembro) e destacam-se as mais recentes atualizações do regime jurídico aplicável à prevenção da violência doméstica (Lei n.º 112/2009, de 16 de setembro) e à proteção e assistência às vítimas (Lei 57/2021, de 16 agosto), que abrangem as crianças e jovens diretamente vitimizadas ou expostas a situações de violência doméstica.

Os indicadores oficiais, publicados em 2024, pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) e pela Direção-Geral da Política de Justiça (DGPJ), revelam que mais de 1,3 milhões de pessoas indicaram ter sofrido algum tipo de abuso físico ou emocional pelas figuras parentais. Comparativamente à população total (19,1%), uma proporção muito mais elevada de pessoas que foram vítimas de maus-tratos, mencionaram ter assistido a situações de violência entre os seus cuidadores (58,5%), traduzindo uma associação entre violência doméstica e maus-tratos infantis, já amplamente referenciada na literatura. As mulheres referiram, mais frequentemente, ter testemunhado a dinâmica familiar violenta, do que os homens (60,7% e 56%, respetivamente). Adicionalmente, observa-se que uma percentagem muito significativa de pessoas que foram vítimas de violência na infância viveu, pelo menos, uma incidência de outro tipo de vitimação ao longo do seu ciclo de vida (65,4%). Mais uma vez, com um peso relativo superior de mulheres do que de homens (68,6% e 61,7%, respetivamente).

Paralelamente, os dados reportados pela Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção de Crianças e Jovens, evidenciam um aumento da comunicação e acompanhamento

de situações de risco, entre 2018 e 2022 (cerca de 15%). Em 2020, verificou-se decréscimo, presumivelmente associado ao isolamento imposto pela pandemia do COVID-19. Mas, entre 2021 e 2025, o número de casos sinalizados voltou a aumentar (no primeiro, 43 075; no segundo, 62 204), sendo que as problemáticas mais frequentemente identificadas foram a violência doméstica e a negligência familiar (CNPDPCJ, 2025). De igual modo, os resultados do Relatório Anual de Segurança Interna (RASI) sinalizaram 1122 queixas-crime de violência doméstica contra menores, em 2025 (representando um aumento de cerca de 8.6%, desde o ano anterior).

Estes dados reforçam a relevância do estudo das experiências diretas ou vicariantes de violência na infância, especialmente das mulheres que são atualmente figuras maternas. As convenções sociais de género atribuem-lhes uma responsabilidade acrescida na educação e cuidado das crianças (Ferreira et al., 2019; Rosa et al., 2022), no entanto, as adversidades experienciadas no seio familiar de origem constituem um preditor negativo para o seu ajustamento (Alexandre & Agulhas, 2026; Melo et al., 2020) e para o posterior exercício da parentalidade. Assim, a compreensão dos mecanismos que medeiam a transferência de atitudes, comportamentos e tendências relacionais violentas, entre gerações, permitirá apoiar o desenvolvimento de estratégias mais eficazes na prevenção deste problema social. Nessa lógica, o presente estudo não se foca em nenhum subtipo específico de abuso infantil, procurando, antes, abranger os mecanismos transversais de continuidade da violência intrafamiliar.

Na literatura atual sobre o fenómeno, dentro dos inúmeros potenciais fatores de risco referenciados, destacam-se variáveis com origem no período de socialização das mulheres. Uma proporção considerável cresceu em contextos marcados por condições de pobreza, desorganização familiar, pela exposição a situações de violência doméstica e a consumos abusivos de substâncias, além da vivência direta de vários tipos de violência (Bittar et al., 2012). Embora, em alguns casos, se verifique que as mulheres interpretam essas experiências como catalisadoras (Reichert & Krindges, 2019), a presença cumulativa ou isolada das circunstâncias adversas enunciadas, agregada à privação de um modelo materno estruturado, num estágio desenvolvimental em que ocorrem aprendizagens basilares para a formação da personalidade e para a adaptação social (Mesquita & Maia, 2019), propiciam a internalização de distorções sobre o desempenho da maternidade. Estas, por sua vez, favorecem a criação de relacionamentos distantes, abusivos ou negligentes entre as mulheres e os seus filhos, nas famílias atuais (Bittar et al., 2012; Melo et al., 2020).

Ademais, as experiências adversas na infância podem funcionar como um stressor que compromete a maturação de um número alargado de competências, designadamente emocionais e relacionais (Dixon et al., 2008; Morelli et al., 2021). A experiência de maus-tratos pelos cuidadores propicia a formação de um self corrompido por representações negativas e o enraizamento de modelos internos distorcidos sobre a capacidade de controlo, de segurança e sobre os relacionamentos interpessoais (Alexandre & Agulhas, 2026; Briere & Jordan, 2009). Deste modo, verifica-se uma tendência para as vítimas desenvolverem estilos de vinculação ambivalentes ou inseguro-ansiosos, fortemente conectados com crenças de rejeição, desamparo e abandono – *Teoria do Apego*. Apesar de as respostas não serem necessariamente imediatas, podendo manifestar-se em qualquer fase de vida (Sani, 2019), verifica-se um padrão de embotamento afetivo e uma atitude de ceticismo estratégica, em relação a tentativas de proximidade e apego, de forma a prevenir ou reduzir os estados emocionais intensos e a hipervigilância que as memórias traumáticas das interações com os seus cuidadores evocam (Mesquita & Maia, 2019).

Como tal, as mães que apresentam um historial de vitimação na infância tendem a apresentar menor tolerância ao stress, a expressar menor satisfação com a maternidade e a demonstrar menor ressonância emocional quanto às necessidades afetivas dos filhos (Reichert & Krindges, 2019). Estas características, aliadas a fracas competências de resolução de problemas, limita a sua capacidade para oferecer apoio emocional às crianças e amplia uma tendência para responder com agressividade física e verbal, perante determinados comportamentos das mesmas (Rosa et al., 2022). Por outras palavras, os défices de autorregulação emocional parecem desencadear um processo de modelação negativa do afeto, reduzindo a capacidade de algumas mulheres para utilizar estratégias disciplinares apropriadas (Morelli et al., 2021).

Ainda na esfera dos impactos psicológicos, a experiência de eventos adversos na infância relaciona-se com o risco de uma parentalidade abusiva, por intermédio do desenvolvimento mais provável de problemas de saúde mental (Smith et al., 2014). A sintomatologia depressiva é discutida na literatura como um mecanismo mediador significativo entre a história de maus-tratos e os comportamentos parentais posteriores (Michl-Petzing et al., 2019), o que poderá ser explicado por uma tendência de impacto diferencial em função do género, visto que as meninas expostas à violência tendem a manifestar mais queixas de internalização (OPP, 2020). De modo similar, a frequência e o grau de severidade percebida do abuso experienciado na infância, muitas vezes, somado a outras experiências de vitimação, ao

longo da vida, associam-se à presença de sintomatologia de stress pós-traumático, que, por sua vez, aumenta o risco da prática de abuso infantil (Banyard et al. 2003; Montgomery et al., 2018).

Todavia, é importante clarificar que o risco imposto por esses sintomas é dinâmico e indireto (Lopes et al., 2021). A natureza dos mesmos poderá comprometer determinadas competências parentais. Por exemplo, quanto mais severas as alterações de humor, mais intenso poderá ser o nível de irritabilidade ou volatilidade e menor o número ou regularidade de interações positivas que as mulheres estabelecem com os filhos, o que acaba por limitar a qualidade de vinculação mãe-filho, seja pelo aumento das respostas punitivas ou pela falta de supervisão parental adequada (Mesquita & Maia, 2019). Assim, as questões de saúde mental poderão incluir-se num padrão de resposta desadaptativo, secundário às experiências adversas precoces, que se prolonga no tempo e se estende no sistema familiar (Michl-Petzing et al., 2019). E, de facto, as evidências sugerem que as consequências do trauma não se circunscrevem ao indivíduo, uma vez que os filhos destas mulheres tendem a apresentar uma maior prevalência dos mesmos problemas de saúde mental que as mães (Lünnemann et al., 2019; Montgomery et al., 2018). Esse padrão é indicativo de que fatores psíquicos, como o afeto e o stress, propiciam um novo ciclo disfuncional de violência intrafamiliar (Morelli et al., 2021).

A nível interpessoal, as experiências adversas na infância parecem impactar a capacidade de processamento da informação social, o que se manifesta num padrão de interação marcado por atribuições enviesadas, respostas agressivas ou um menor envolvimento social (Berlin et al., 2011; Smith et al., 2014). Esse estilo relacional poderá culminar num acentuado isolamento social; fator de risco chave para a iniciação ou continuidade geracional do abuso infantil (Dixon et al, 2007, 2008), além de condicionar a parentalidade, na medida em que, tipicamente, está associado a uma atitude de desconfiança que dificulta a identificação de fontes de suporte social e a procura de ajuda para gerir os desafios inerentes à mesma. Inclusivamente, alguns autores sugerem que a presença e participação de modelos positivos na vida destas mulheres, seja na sua rede de apoio nuclear ou alargada (Boas & Dessen, 2019; Lünnemann et al., 2019), ou através de um acompanhamento psicoterapêutico, poderá ser extremamente protetor para a prevenção da transmissão intergeracional da violência, dado que a influência destas figuras auxilia o processo de ressignificação dos eventos adversos experienciados no passado (Dixon et al., 2008; Rosa et al., 2015).

Apesar de a violência intrafamiliar não discriminar classes sociais ou níveis socioeconómicos, as evidências apontam, sistematicamente, que alguns fatores demográficos, como a idade da mãe e das crianças, a composição do agregado familiar e a situação de emprego

atual das mulheres, também se relacionam com um cenário de maior vulnerabilidade biopsicossocial para o sistema familiar, mediado pelo stress. Face à insuficiência ou precariedade de recursos, algumas cuidadoras vêm-se obrigadas a gerir e ultrapassar mais desafios, para conseguirem satisfazer as necessidades básicas dos seus filhos, o que poderá contribuir para um nível de stress parental mais elevado (Martins et al., 2023). Por exemplo, famílias monoparentais, compostas por mães mais jovens e solteiras, tendem a enfrentar maiores fragilidades financeiras e sociais e revelam competências de coping mais limitadas (Dixon et al., 2007). Esta conjuntura, combinada com o stress indissociável da maternidade, parece aumentar a probabilidade de abuso infantil, especialmente por omissão de cuidados (Ferreira et al., 2019), mas também através do recurso a métodos disciplinares mais rígidos ou desproporcionais, como a punição física (Berlin et al., 2011). Por outro lado, alguns autores propõem que a gravidez precoce pode operar como um evento protetor para algumas mulheres, dado que as jovens sentem que adquirem competências de resolução de problemas e autonomia mais rapidamente e, por isso, encaram as responsabilidades intrínsecas à maternidade como uma oportunidade para reavaliar os modelos de parentalidade internalizados, construir novos laços familiares (Rosa et al., 2015) e romper o ciclo da violência. Esta discordância teórica sugere que certas características individuais, como a adaptabilidade e a resiliência, poderão ter um peso nas atitudes e nos comportamentos de diferentes mulheres que vivenciaram experiências adversas semelhantes.

De um ângulo de análise sociocultural, o estatuto material ou simbólico que a família ocupa na estrutura social poderá ter um papel crucial na sucessão da violência, por múltiplas gerações. Como Almeida et al. (1999) sugerem, o conhecimento científico sobre o abuso infantil também está dependente do papel normalizador da vigilância e dos mecanismos de controlo social, que sinalizam mais facilmente as situações que ocorrem em famílias pertencentes a grupos economicamente desfavorecidos ou minoritários. Todavia, isso não anula a tendência para determinadas modalidades de violência, especialmente a negligência, serem mais banalizadas em contextos de fragilidade económica, o que acaba por dificultar o reconhecimento, prevenção ou atuação nesses casos (Rosa et al., 2022). E, como a quebra deste ciclo também está dependente da rapidez e do grau de eficiência com que estas situações são identificadas e alvo de intervenção pelas entidades competentes, destaca-se o dever fundamental das instituições, para a coordenação dos vários esforços multidisciplinares (Melo et al., 2020; Rosa et al., 2022).

Em paralelo, a evidência sugere que a continuidade da violência no ambiente familiar se fundamenta em normas adultocêntricas (Ferreira et al., 2019). Alguns autores explicam a tendência para normalizar ou minimizar o impacto de determinadas condutas com base em crenças distorcidas sobre a infância e sobre o estatuto da criança na hierarquia familiar. Por exemplo, a crença de que a criança deve assumir, incondicionalmente, uma posição de inferioridade perante os adultos, ancorada às experiências de maus-tratos durante a sua infância, parece condicionar os significados que algumas mulheres atribuem às suas trajetórias. Quanto menor a importância atribuída à própria experiência de vitimação, maior a probabilidade de elas reproduzirem comportamentos da mesma natureza com os seus filhos, enquanto um julgamento mais negativo sobre certas práticas facilita o reconhecimento da sua disfuncionalidade e do perigo que apresentam para o bem-estar da criança (Boas & Dessen, 2019). Em síntese, as conceções socialmente partilhadas, que ditam uma expectativa de obediência por parte da criança, parecem formatar o sistema de valores das cuidadoras – *Teoria das Representações Sociais* (Moscovici, 2004) – nomeadamente, sobre a utilidade ou pertinência da implementação de métodos disciplinares desviantes, como a agressão física (Ferreira et al., 2019; Rosa et al., 2022). E, portanto, podem desempenhar uma função muito importante nos relacionamentos intergeracionais abusivos (Rosa et al., 2022).

Ainda, quanto mais extensivo o histórico de abuso na infância, maior a tendência das cuidadoras para conceberem o comportamento dos seus filhos como problemático e para aplicarem estratégias educativas mais severas (Michl-Petzing et al., 2019). Alguns autores sugerem que essas perceções negativas sobre a conduta das crianças resultam de esquemas interpessoais distorcidos. Uma hipótese alternativa propõe que a projeção da responsabilidade nas crianças assume uma função compensatória, face a uma autoeficácia diminuída (Michl-Petzing et al., 2019). Mas, retomando a perspetiva anterior, também é válido teorizar que as normas que conferem uma autoridade significativa às figuras parentais poderão ser instrumentalizadas, com liberdade excessiva, por mães que acreditam possuir o direito de "corrigir" a insubordinação dos seus filhos, ainda que isso implique o recurso a métodos disciplinares desproporcionais ou abusivos (Rosa et al., 2022).

A análise longitudinal destas tendências destaca, ainda, uma vulnerabilidade acrescida para a vitimação conjugal, na adolescência e idade adulta, espelhando uma atitude de submissão e dependência, que foi, potencialmente, modelada pelas relações parentais disfuncionais (Rosa et al., 2022), pela exposição a ambientes conflituosos e/ou pela vivência direta de abusos, durante a infância (Adams et al., 2019; Melo et al., 2020; Morelli et al., 2021). Paralelamente,

antecipa-se que, quando estas jovens se tornam mães, a violência íntima continua a atuar como precursora para os maus-tratos das crianças (Adams et al., 2019), visto que as mulheres que são vítimas dos seus parceiros apresentam o dobro da probabilidade de também serem abusivas com os seus filhos (Dixon et al., 2007). Esta coocorrência associa-se à alta prevalência de problemas de saúde mental (Berlin et al., 2011; Lünnemann et al., 2019), frequentemente agravados pela própria situação de vitimação conjugal, o que sugere a vulnerabilidade imposta pelo trauma complexo (Banyard et al., 2003). Noutra ótica, o clima de conflito que se instala no seio familiar aumenta o nível de stress familiar, enfraquece os vínculos globais entre os membros do agregado e acresce a probabilidade de a violência se generalizar nos subsistemas familiares (Sani & Carvalho, 2018) – *Teoria do Spillover* (Erel & Burman, 1995). Nessas situações, a capacidade das mulheres para satisfazer positivamente as necessidades dos filhos fica prejudicada e elas tendem a responder às exigências do papel materno de forma excessivamente coerciva (Adams et al., 2019; Almeida et al., 1999; Dixon et al., 2007; Ogbonnaya et al., 2019).

Estas premissas sugerem que a violência intrafamiliar, independentemente do subtipo, impacta o ajustamento das crianças, levando-as a assimilar e legitimar padrões familiares disfuncionais (OPP, 2020; Sani & Cunha, 2011) e, posteriormente, reproduzir a violência como uma estratégia disfuncional de resolução de conflitos, no contexto das relações conjugais e parentais (Portugal et al., 2023; Reichert & Krindges, 2019) – *Teoria da Aprendizagem Social*. Porém, quando as mulheres estabelecem vínculos românticos seguros na idade adulta, verifica-se que o risco dessas dinâmicas ocorrerem reduz significativamente, o que sugere que essas relações promovem um melhor ajustamento emocional e, por sua vez, um exercício da parentalidade mais adaptativo (Mesquita & Maia, 2019).

Em suma, é relevante sublinhar que este fenómeno está longe de ter uma explicação simples, pelo que os comportamentos das cuidadoras não devem ser conceptualizados de forma isolada (Michl- Petzing et al., 2019). Considerando o enquadramento elencado, é possível concluir que o prolongamento da violência por múltiplas gerações é um processo multideterminado por vários mecanismos ecológicos interrelacionados – *Paradigma Ecológico* (Belsky, 1980), cujo efeito mediador ainda não é totalmente claro e requer uma análise aprofundada (Dixon et al., 2008; Morelli et al., 2021; Rosa et al., 2022). Além disso, é essencial estender o estudo para além da história de adversidade na infância (Briere & Jordan, 2009), bem como compreender o efeito cumulativo e a retroalimentação entre as várias dimensões que constituem o seu sistema familiar e funcionamento atual (Ogbonnaya et al., 2019). A

Organização Mundial de Saúde (2002) recomenda que o estudo da violência intrafamiliar adote uma abordagem que integre os diferentes fatores individuais, relacionais, sociais, culturais e estruturais que estão na sua origem, de modo a desenvolver estratégias de prevenção eficazes, apropriadas para diferentes estágios desenvolvimentais. Além disso, propõe que esse modelo promoverá a redução de mais do que um tipo de violência, visto que os riscos associados convergem nos mesmos fatores.

Por conseguinte, este estudo propõe-se contribuir para o alargamento do conhecimento sobre a violência que ocorre no seio familiar e sobre a continuidade da mesma entre gerações. O objetivo geral passa por aceder aos processos e aos significados subjacentes à eventual continuidade geracional da violência, na perspetiva de mulheres que foram vítimas de maus-tratos na infância e/ou na idade adulta e que são, atualmente, mães ou figuras maternas. Os objetivos específicos de investigação são os seguintes:

1. Explorar o potencial impacto dos maus-tratos e da exposição ao contexto familiar violento, na infância, nos comportamentos e práticas educativas atuais das mulheres;
2. Compreender a associação entre essas experiências adversas, as estratégias de regulação emocional e o padrão de interação social adotado pelas mulheres;
3. Analisar a relação entre as crenças sobre o funcionamento infantil, a abordagem educativa adotada, o padrão de vinculação que as mulheres estabelecem com os filhos e a avaliação que efetuam do próprio exercício da parentalidade;
4. Explorar a associação entre a organização do sistema familiar atual, o desempenho do papel materno e a dinâmica das relações mãe-filho;

Método

A maioria dos estudos sobre o ciclo intergeracional da violência familiar segue um paradigma quantitativo. No entanto, verifica-se uma grande disparidade nos mecanismos hipotetizados como mediadores da continuidade do abuso infantil, bem como a sobreposição desse com outras dinâmicas de violência. Alguns autores sugerem que esta variação pode dever-se à heterogeneidade conceptual e metodológica adotada por diferentes investigadores, ou à falta de controlo sobre algumas variáveis sociodemográficas que propiciam a sub-representação e o conhecimento menos compreensivo do fenómeno (Berlin et al., 2011; Smith et al., 2014).

Outros argumentam que é fundamental considerar a natureza construcionista do mundo social (Lune & Berg, 2017) e atentar às discrepâncias na visibilidade social que as várias configurações do fenómeno apresentam (Almeida et al., 1999). No limite, e visto que é muito difícil assegurar uma elevada validade ecológica num estudo sobre um tópico tão suscetível a enviesamentos deliberados ou inconscientes, a informação recolhida deve ser interpretada com bastante cautela (Morelli, et al., 2021).

Metodologia de investigação

Dada a necessidade de estudar, em profundidade, e de forma integrativa, este processo psicossocial complexo, este estudo adotou uma abordagem qualitativa (Brandão et al., 2017). A escolha da metodologia foi, igualmente, influenciada pelo racional teórico do *Interacionismo Simbólico*. Dessa forma, e partindo do pressuposto de que os indivíduos se comportam e interagem uns com os outros de acordo com a leitura subjetiva que fazem das situações (Amado, 2017), e que o conceito de "realidade" se dilui na interpretação de cada pessoa sobre o seu mundo social (Lune & Berg, 2017), o recurso a um desenho metodológico de cariz qualitativo teve o propósito de obter uma perspetiva rica e contextualizada sobre a violência intrafamiliar, que transcendesse a mera quantificação ou correlação entre variáveis (Creswell, 1998), mas permitisse capturar a narrativa que cada participante produz sobre a sua história de vida (Amado, 2017).

Participantes

A seleção das participantes foi determinada por uma estratégia de amostragem não probabilística, intencional, de acordo com os seguintes critérios de inclusão: ser uma pessoa do sexo feminino, ter mais de 18 anos, ser fluente em língua portuguesa, possuir parentesco biológico, por afinidade, ou parentesco civil, com crianças ou jovens menores de idade, e ter sido sinalizada no contexto da Lei de Promoção e Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (Lei n.º 147/99, de 01 de setembro). O estudo contou com a participação de 8 mulheres, com idades compreendidas entre os 24 e os 56 anos, que estão a ser acompanhadas num CAFAP, no âmbito de 3 tipos de medida: Preservação Familiar, Ponto de Encontro Familiar e Reunificação Familiar (Tabela1).

Tabela 1

Caraterização das participantes

Código	Idade	Modalidade de acompanhamento
E1	48	Preservação Familiar
E2	53	Preservação Familiar
E3	36	Preservação Familiar
E4	56	Reunificação Familiar
E5	42	Preservação Familiar
E6	44	Preservação Familiar e Ponto de Encontro Familiar
E7	36	Ponto de Encontro Familiar
E8	24	Preservação Familiar e Ponto de Encontro Familiar

Instrumentos de recolha de dados

Os dados foram recolhidos através de entrevistas semiestruturadas. Não foi definido, à priori, um número de entrevistas a realizar, tendo sido privilegiado o critério da saturação teórica. Sete entrevistas foram conduzidas em formato presencial e uma entrevista realizou-se em formato online. O guião de entrevista foi desenvolvido em função dos objetivos de investigação e de modo a seguir uma sequência lógica, orientada por uma cronologia, não necessariamente linear, do processo de desenvolvimento e de alguns eventos de vida específicos das participantes (cf. Anexo 2). A estrutura das entrevistas procurou promover um exercício de introspeção sobre a interconexão entre o passado e o presente das mulheres (Amado, 2017) – *história de vida tópica*. Tratando-se de um tema de elevada censurabilidade social, seguiu-se um funil metodológico que partiu de questões mais gerais e evoluiu para tópicos mais sensíveis. Com isto, procurou-se, sobretudo, minimizar os riscos de impacto emocional negativo e reduzir os níveis de intrusividade. Mas, dado que é reconhecida uma tendência para a vulnerabilidade psicológica de pessoas que passam por experiências adversas como as descritas, e não obstante os esforços descritos, foi preparada uma lista de contactos de serviço de apoio psicológico especializado, caso o tema ou o processo de entrevista gerasse desconforto ou necessidade de apoio às participantes. Nesse documento foram ainda indicados alguns recursos úteis, caso as mesmas pretendessem formalizar uma queixa por violência doméstica ou receber apoio psicológico.

Procedimentos de recolha de dados

Depois de ter sido obtida a aprovação da comissão de ética da FPCEUP, o estudo foi divulgado junto de instituições especializadas na promoção e proteção e crianças e jovens em risco, designadamente, Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) e Centros de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP). A concretização das entrevistas implicou a leitura e assinatura prévia de um termo de consentimento informado (cf. Anexo 1), no qual foi reforçada a natureza voluntária da participação, o direito à desistência, sem qualquer prejuízo para as participantes, e a confidencialidade total da informação partilhada. Foram, ainda, esclarecidos os objetivos de investigação, bem como os procedimentos a adotar para a preservação e utilização dos dados exclusivamente para fins científicos. Com efeito, de modo a proteger a identidade das participantes em todas as fases do estudo, as informações recolhidas foram codificadas e armazenadas em conformidade com as normas de proteção de dados pessoais em vigor.

Procedimentos de análise dos dados

A análise das entrevistas foi realizada através de um procedimento de análise de conteúdo temática, através de uma abordagem realista (Braun & Clarke, 2006). Em primeiro plano, realizou-se uma categorização sistemática dos discursos das participantes, o que possibilitou identificar padrões nos dados, à luz do referencial teórico exposto na revisão de literatura. Posteriormente, a orientação indutiva do método (Amado, 2017) permitiu capturar o quadro de referência e a apreensão vivencial das mulheres (Creswell, 1998; Leavy, 2017), além da significação que elas fazem da experiência dos seus filhos (Lune & Berg, 2017).

Resultados e Discussão

O ponto de partida para a escrita desta secção foram os quatros blocos estruturantes das entrevistas: *enquadramento familiar de origem e história da infância; ajustamento psicológico, emocional e relacional; enquadramento familiar atual e exercício da parentalidade; e integração entre as aprendizagens passadas e o momento presente*. Através dos discursos das participantes foi possível identificar várias categorias com interligações complexas entre si, que serão detalhadas de seguida e se encontram esquematizadas no mapa temático (cf. Anexo 3).

Enquadramento familiar de origem e história da infância

No que toca ao ambiente e aos relacionamentos intrafamiliares de origem, a maioria das participantes descreve um panorama generalizado de instabilidade, distanciamento afetivo e conflitos, semelhante ao que Bittar et al. (2012) expõem sobre o período de socialização de mulheres com experiências semelhantes.

No subsistema conjugal, distinguem-se três participantes, que apresentam uma narrativa pautada pela estabilidade e harmonia. No entanto, num desses casos, a perspetiva da participante é dissonante dos relatos que a sua mãe produz sobre a gravidade da violência experienciada, o que nos leva a ponderar sobre o impacto do trauma nos mecanismos de codificação e armazenamento da memória infantil. Não obstante, identifica-se um padrão baseado em normas patriarcais de género, com passividade e subordinação das progenitoras face aos maridos. Esses, exerciam um controlo opressivo do agregado, mas assumiam uma atitude de desvinculação nas relações parentais, sendo o cuidado das crianças assegurado por figuras femininas (E2: *"O meu pai passava meia dúzia de meses, se tanto, aqui. Mas, mesmo quando estava aqui, não estava"* ; E4: *"(...) nunca deixou a minha mãe trabalhar, embora ela quisesse. Mas era ela que fazia tudo"*).

Com impacto direto, verificam-se, sobretudo, experiências de maus-tratos físicos. Mas a maior expressividade do abuso infantil reflete-se, também, na exposição que as participantes tiveram à violência perpetrada contra a figura materna, tendo alguns episódios resultado em agressões físicas para as próprias (E4: *"Nós éramos um jogo de pingue-pongue. Eles [faz gestos e sons indicativos de uma discussão], e nós: `vai começar outra vez´. Lembro-me de uma vez que o meu pai (...) levantou-lhe assim o punho e eu meti-me na frente. Apanhei um empurrão e bati com a cabeça na parede"*). Destaca-se, ainda, um padrão de consumo abusivo de álcool, que funcionava como fator precipitante das agressões (E5: *"O meu pai era alcoólico. Eu recebia agressão física de manhã e à noite"*).

No âmbito educativo, com exceção de duas participantes, que descrevem os modelos de origem numa ótica de funcionalidade e lhe atribuem uma influência positiva nas suas competências parentais atuais, verifica-se, mais uma vez, uma tendência para o desinvestimento da figura paterna, e sobrecarga da figura materna, em relação às tarefas educativas, o que propiciava a imposição de um estilo disciplinar punitivo (E6: *"O meu pai era bastante ausente. E a minha mãe ralhava muito com nós todos porque ela tinha cinco filhos para criar, praticamente sozinha"*). Entretanto, notam-se assimetrias na aplicação de estratégias disciplinares, consoante o género e a posição da criança na fratria (E2: *"Eu podia fazer mais asneiras, que os outros é que levavam com as culpas, porque eu era menina."*; E4: *"(...) eu era*

a mais velha, então, sempre que havia alguma asneira, era eu que apanhava"). Estes resultados são congruentes com as conclusões apresentadas por Almeida et al. (1999). A diferença no tratamento entre rapazes e raparigas sugere um prolongamento de estereótipos de género. E os autores justificam a tendência para os irmãos mais velhos serem o principal foco das práticas abusivas, com base nas representações que os cuidadores possuem sobre o estatuto das crianças na hierarquia familiar, além de esses serem os primeiros a confrontá-los com os papéis parentais.

As experiências adversas da infância parecem ter impulsionado as participantes numa trajetória de autonomização precoce, influenciada por uma forte necessidade de agência. Por um lado, associada ao término do percurso académico e investimento na inserção laboral, de forma a obterem independência dos cuidadores. Por outro lado, e de forma mais significativa, associada à constituição do próprio núcleo familiar e à assunção prematura de múltiplas responsabilidades, designadamente, do papel materno (E1: *"(...) a minha mãe deu-me x tempo para me pôr na rua (...) passado um ano, mais ou menos, engravidei do meu filho"*). Essa necessidade parece derivar daquilo que as participantes observaram e formularam, quer acerca da relação entre os seus pais (E4: "*Isso também me fez fazer coisas que, normalmente, os casais, mesmo na minha geração, não faziam. Sempre fiz questão de ir trabalhar, sempre disse: eu não dependo de homem nenhum"*), quer acerca dos modelos educativos que lhes foram impostos.

Ajustamento psicológico, emocional e relacional

Tal como Alexandre & Agulhas (2026) e Melo et al. (2020) constataram, o corte abrupto com as etapas de desenvolvimento normativas, aliado à ausência de um suporte vinculativo seguro, inevitavelmente, moldaram a forma como estas mulheres aprenderam a regular-se e a relacionar-se com os outros. Assim, o impacto das experiências passadas espelha-se, essencialmente, em três níveis do funcionamento atual das participantes: nos mecanismos de ajustamento emocional, no padrão de interação interpessoal e na capacidade de resolução de problemas e conflitos.

Primeiramente, identifica-se uma tendência para a supressão emocional (E3: *"(...) eu nunca soube demonstrar as minhas emoções (...) não tinha ninguém com quem eu pudesse mostrar as minhas fragilidades, eu tinha que ser forte o tempo todo"*), para a repressão emocional (E6: *"(...) sempre foi assim a questão de me manter ocupada, de me manter ativa (...) enquanto eu estou a fazer aquilo, não estou...não penso. Não tenho que lidar"*) e para o isolamento social defensivo, na iminência da exposição da própria vulnerabilidade (E2: *"Mais*

vale passar despercebida. Se não me reconhecerem, também não podem fazer mal"). Estes estilos de funcionamento emocional e relacional são consonantes com o padrão de embotamento afetivo referido por Mesquita & Maia (2019).

Todavia, é relevante mencionar que o impacto dessas experiências, nos esquemas relacionais das participantes, não é estático. Ou, como Michl-Petzing et al. (2019) e Sani (2019) propõem, a influência disruptiva das experiências de adversidade precoce dilui-se no sistema familiar, sem hiato temporal definido. E, de facto, certas dificuldades também parecem ter sido mediadas e reconfiguradas pela vivência cumulativa de adversidades ao longo do ciclo vital, nomeadamente, no âmbito conjugal. Em alguns discursos sobressai, inclusivamente, a descrença e anulação da dimensão afetiva, em prol do sentido de autopreservação e das funções maternas (E7: *"Então acho que aprendi com a vida a fechar-me.* A*gora já não penso como mulher, penso como mãe. E nem uma relação consigo ter (...) É tudo muito bonito no início e depois já não dá para confiar"*).

Quando nos focamos nas atribuições que as mulheres produzem face ao suporte social, evidencia-se um padrão de desconfiança das intenções de apoio externo e alguma resistência na mobilização de suporte (E7: *"E, às vezes, a verdade é que as pessoas querem muito saber da nossa vida, mas ninguém quer nos ajudar*") Contudo, também se percebe que estas atitudes são, paralelamente, condicionadas pela perceção de julgamento social, sobretudo, nos casos em que as configurações familiares não se enquadram na estrutura normativa. Independentemente do processo mental utilizado, o estilo de processamento da informação, das participantes, traduz-se num envolvimento social limitado, equivalente ao que Berlin et al. (2011) e Smith et al. (2014) descrevem.

Em relação às competências de resolução de problemas e conflitos, verifica-se uma abordagem apoiada em estratégias de distanciamento emocional e social semelhantes às expostas anteriormente. Mas também se assinala a capacidade de gestão de situações de crise, ancorada à autonomia e ao pragmatismo, especialmente na resolução de problemas, articulada com o desempenho do papel materno (E8: *"Prioridades. Depende do que for. Se for relacionado às crianças, primeiro estão elas, depois está o resto"*). Este cenário é discordante daquilo que outros autores, como Morelli et al. (2021), observaram. As características de autorregulação emocional das participantes deste estudo não parecem influenciar negativamente as suas competências de resolução de problemas, sobretudo, quando aplicadas à gestão de situações que envolvem as crianças. Elas recorrem ao processamento preventivo, de forma a evitar reações desproporcionalmente agressivas.

No que diz respeito às estratégias de regulação emocional e de coping, a tendência mais visível, nos dados, é o recurso a estratégias adaptativas de cariz formal e informal, incluindo o acompanhamento psicológico. Em contrapartida, a maioria das participantes manifesta alterações de humor persistentes, com recurso a suporte psicofarmacológico (E2: *"Ou entro pelo poço abaixo, choro, desligo completamente. Ou, então, solta-me a tampa e vai tudo na minha frente. A primeira coisa é logo a medicação para dentro"*). E, ainda que não seja possível identificar uma associação simples entre as questões de saúde mental e a parentalidade, destaca-se um caso que ilustra aquilo que Lopes et al. (2021) e Mesquista & Maia (2019) propuseram, ao afirmar que a natureza de determinados sintomas pode comprometer, de modo indireto, as competências parentais e reduzir a responsividade nas interações entre as mães e os filhos. A participante explica que o confinamento pandémico do COVID-19 aumentou, substancialmente, o nível de stress no sistema familiar e desencadeou um quadro de exaustão psicológica. Por sua vez, ela recorreu ao consumo de álcool como uma estratégia de coping (que podemos considerar desadaptativo), o que facilitou um padrão de supervisão parental deficitário (E4: *"Depois, houve um período em que eu não conseguia dormir, então tive ali uns meses em que comecei a beber. Enquanto eu dormisse, não aturava ninguém (...) pelos vistos, ele estava ao telemóvel até às 4h00 da manhã"*). Este discurso alinha-se com os dados da autoria de Salvaterra & Chora, publicados pelo IAC (2021, 2022), sobre o impacto da alteração nas rotinas das famílias portuguesas, que indicam que, não só se verificaram diferenças significativas nos níveis de stress, ansiedade e depressão parental e infantil durante o momento de crise, mas, também, se observam consequências, a longo-prazo, na saúde mental de todos os elementos do agregado, especialmente dos pais.

Enquadramento familiar atual e exercício da parentalidade

Transpondo as vulnerabilidades expostas para o contexto familiar atual, identifica-se um padrão bastante significativo: com exceção de duas, todas as mulheres foram vítimas de violência conjugal. Dessas, duas de forma repetida, por companheiros diferentes. E, curiosamente, a violência da qual elas foram vítimas espelha as dinâmicas abusivas das quais as suas mães também foram vítimas. Verifica-se uma predominância da violência psicológica, associada a conceções sexistas (E3: *"Não podia andar com 'isto' [aponta para a roupa] porque parecia mal, porque és gorda. Não podes falar com A, B ou C, porque a mulher comprometida não pode ter amigos"*) e um padrão de consumo nocivo de álcool, pelos agressores (E8: *"Vinha muitas vezes bêbado para casa e era aí que ele ficava logo revoltado"*).

Os relatos das participantes confirmam, ainda, que os filhos assistiram a situações de conflito, por vezes de extrema gravidade. E, semelhante ao que Dixon et al. (2007) propuseram, identifica-se uma dinâmica de controlo coercivo e de desvalorização sistemática exercida, tanto contra a parceira, como contra as crianças (E7: *"O pai, quando dizia alguma coisa em casa, tínhamos todos de obedecer, que era para não haver barulho, não haver discussão, não haver violência"*; E2: *"(...) o pai diz que ela é burra, que ela não presta (...), conseguiu minar-lhe a confiança"*). Essa reprodução é indicativa da modelação imposta pelas relações conjugais e parentais abusivas da família de origem, tal como proposto por autores como Adams et al. (2019), Melo et al. (2020), Morelli et al. (2021) e Rosa et al. (2022).

A isto se acrescenta o impacto disruptivo da violência doméstica na disponibilidade emocional e na qualidade das interações que as participantes tinham com os seus filhos, ilustrando a teoria clássica do *Spillover*, originalmente proposta por Erel & Burman (1995) e aprofundada por vários autores contemporâneos. Algumas mulheres reconhecem que o stress decorrente do contexto familiar abusivo se estendia para as relações parentais, na medida em que a sua autoconfiança na capacidade parental estava diminuída, propiciando respostas excessivamente punitivas (E3: *"Oh, se calhar, ele tem razão, se calhar, eu mimo demais os miúdos. Até um ponto em que eu vi que não, isto não é certo, eles até tinham receio de sair do quarto, porque qualquer coisa que eles fizessem era alvo de discussão"*).

No cerne desses conflitos, destaca-se o caso de uma participante em que a desvinculação materna é agravada por dilemas complexos de proteção das crianças e pela fragmentação do sistema familiar, em vários eixos, como mencionado por Sani & Carvalho (2018) (E7: *"Não me culpa diretamente, mas culpa-me indiretamente. Então, eu saí para proteger um e deixei dois nas mãos da lei, não é? (...) ele fica revoltado com os irmãos porque não estão a defender a mãe, sabendo o que se passou dentro de casa"*).

Naturalmente, essa exposição e o abuso psicológico surge associado a impactos danosos para as crianças, que estão muito bem fundamentados na literatura como indicadores de risco para uma futura continuidade da violência intrafamiliar (Portugal et al., 2023; Reichert & Krindges, 2019; Sani & Cunha, 2011).

Atualmente, em todos os casos, verifica-se uma rutura com as situações de violência doméstica. A separação conjugal parece ter sido motivada pelo esgotamento de recursos internos das participantes, mas uma interpretação secundária dos discursos sugere que a tomada de consciência sobre a urgência da proteção das crianças foi o fator decisivo para o corte relacional (E3: *"E foi a maneira que ele estava a falar para as minhas crianças. Parece que ali acordou, foi até o meu ápice de dizer basta e de chamar a polícia"*).

Para o processo de reorganização individual e familiar evidencia-se o papel do apoio comunitário. No entanto, a importância percebida do suporte formal não é consensual entre participantes. Sobretudo quando nos debruçamos sobre os casos em que é evidente uma interseccionalidade entre a violência de género e as necessidades de proteção infantil. Várias mulheres assumem descrença na eficácia das medidas de proteção e apoio das vítimas (E5: *"Às vezes, colocamos em causa: `Porque é que eu falei? Porque é que eu pedi ajuda, tive que sair da minha casa e fui para a casa abrigo? ´ (...) fazem promessas, que nos ajudam em tudo e mais alguma coisa. No meu caso, não me ajudaram muito…"*). Em paralelo, identificam falhas na atuação institucional, que reforçam a impunidade sentida pelos agressores (E7: *" Às vezes, eles revoltam-se mais porque sabem que têm queixa contra eles, não lhes acontece nada porque é só penas suspensas. Porque ele foi condenado, mas está a fazer a vida normalmente. Enquanto eu tenho que lutar pela vida e estou longe dos meus filhos"*). Além disso, assinalam barreiras estruturais, tais como dificuldades de inserção laboral e a escassez de respostas sociais, que parecem dificultar a autonomização pós-vitimação e sobrecarregar as mulheres que não têm retaguarda familiar (E5: *"Quem tem filhos pequenos, e para quem não tem essa ajuda, arranjar trabalho é difícil (...) não há vagas, muitas vezes, nas escolas, nas creches públicas"*). Este cenário, como Martins et al. (2023) explicam, propicia a ocorrência de violência, em consequência do aumento do nível de stress materno.

Em contrapartida, são reconhecidos esforços de articulação interinstitucional, no sentido da promoção de uma parentalidade positiva e na reunificação ou na preservação dos vínculos familiares, após intervenção judicial, o que, segundo Melo et al. (2020) e Rosa et al. (2022), é fundamental para romper o ciclo intergeracional da violência infantil. Inclusive, na narrativa de uma participante, identifica-se a ressignificação ativa da importância do apoio formal. O alarme social, relacionado com a atuação das instâncias de proteção da criança, era gerador de angústia no sentido de uma potencial instrumentalização das fragilidades familiares e retirada das crianças do meio natural de vida; o que não é totalmente despropositado visto que, tal como Almeida et al. (1999) alertam, as famílias inseridas em contextos de maior vulnerabilidade socioeconómica são, mais frequentemente, alvo da "*mira coletiva*". No entanto, à medida que a intervenção dessas instituições foi exercendo um papel protetor para o sistema familiar, a perspetiva da mulher alterou-se, o que é compatível com ideias propostas por Boas & Dessen (2019) e Lünnemann et al., (2019) sobre a prevenção da continuidade geracional da violência (E5: "*Peço ajuda. Mas ao pedir ajuda não quer dizer que não me ajudem, ou não quer dizer que pensem: `alto, esta senhora precisa de ajuda, então, não está a conseguir educar os filhos e ter responsabilidade com eles´. Não, antes pelo contrário. Ajudam"*).

Quanto à organização atual das famílias, salientam-se três dinâmicas: a reestruturação familiar a partir dos novos relacionamentos conjugais, situações de monoparentalidade e/ou coparentalidade e a intervenção judicial na regulação das responsabilidades parentais.

Duas mulheres estão em relacionamentos que se diferenciam das anteriores relações abusivas, em termos de reciprocidade afetiva, no envolvimento dos companheiros na educação e cuidado das crianças e na gestão partilhada das tarefas quotidianas. Contudo, a introdução dessa figura no seio familiar é descrita de forma ambivalente pelas participantes. Por um lado, os parceiros desempenham um papel positivo na regulação emocional das mulheres, o que favorece o exercício parental adequado, como descrito por Mesquita & Maia (2019). No entanto, a partilha da esfera parental foi, num momento inicial, vivida com insegurança pelas participantes, o que nos leva a concluir que a ambivalência narrativa ecoa as dificuldades relacionais descritas no ponto anterior.

Das situações de monoparentalidade, apenas uma é efetiva. Entretanto, outras participantes enquadram a sua situação familiar numa ótica de monoparentalidade simbólica, resultante de um contexto de coparentalidade disfuncional. Neste âmbito, são descritos diversos desafios, que também acabam por consolidar os encargos das participantes em relação às responsabilidades parentais. Assinala-se uma primazia dos conflitos interparentais e a tendência para a desresponsabilização dos progenitores, motivada pela separação conjugal ou pela rejeição da reorganização familiar (E3: *"(...) prefere não ver os filhos, do que ver a pessoa com quem eu estou"*). Verificam-se, ainda, dificuldades na conciliação de divergências educativas (E8: *"(...) não impõem regras, sabendo que eu ponho regras"*). Ainda assim, as situações mais preocupantes, do ponto de vista do interesse superior da criança, são pautadas por dinâmicas de alienação parental (E3: *"Mas o pai diz sempre que a culpa é da mãe, de nós estarmos separados. E eu transmito às crianças que não é"*). No extremo da instrumentalização relacional das crianças, situa-se o caso de uma participante que relata uma fratura relacional severa, consequente da rejeição afetiva e comunicacional dos filhos (E7: *"(...) eles queriam, também, que a mãe voltasse para o pai, como o pai quer que a mãe volte para o pai. E é isso que eles tentam jogar, a ver se eu caio novamente (...). Neste momento sinto-me vazia, como mãe (...) rejeitam-me de qualquer maneira"*).

A descontinuidade no vínculo parental também é evidente numa situação em que a participante está afastada do menor, devido à aplicação de uma medida de acolhimento residencial. Percebe-se que o autoconceito da mulher se encontrava ancorado no papel materno e que as circunstâncias atuais criaram um fosso na relação afetiva de ambos. Todavia, somam-se outras variáveis, que também parecem ter contribuído para o distanciamento entre ela e os

seus filhos. Um padrão de hiper-investimento na atividade profissional efetivou-se na cedência do acompanhamento das crianças. Ao mesmo tempo, a forma como interpreta a vivência dos filhos revela fraca ressonância emocional, quanto às necessidades afetivas dos menores (E4: *"Digamos que o meu telemóvel da empresa estava ligado 24 sobre 24 horas. Eu ligava quase todos os dias para casa e os meus filhos choravam (...) acusam-me de negligência porque a mãe nunca estava presente. Só que se esqueceram que a mãe não estava presente porque estava a trabalhar"*). Esse padrão atitudinal é semelhante ao que Reichert & Krindges (2019) identificaram e poderá ter origem na internalização de distorções cognitivas sobre o papel materno, em função da ausência de um modelo familiar estruturado, na infância (Bittar et al., 2012; Melo et al., 2020).

Ao panorama descrito justapõe-se a forma como estas mulheres gerem o suporte informal no exercício da sua parentalidade. Assinala-se, antes de mais, uma dualidade entre a centralidade e a escassez do apoio familiar. Ainda assim, praticamente todas as mulheres verbalizaram a importância do apoio para colmatar a sobrecarga materna, o que, em parte, diverge das premissas defendidas por Dixon et al. (2007, 2008). Apesar de as experiências adversas na infância claramente contribuírem para um estilo relacional marcado pela desconfiança e autoisolamento, esse não é aplicável a situações que apresentam risco para as crianças. Nesse caso, as participantes demonstram maior flexibilidade em pedir ajuda. Porém, também se observam outras nuances no que toca à participação de figuras próximas. Algumas mulheres sentem dificuldade na delegação do cuidado das crianças, em virtude do conflito interno entre a necessidade de autocuidado e o sentimento de culpa associado à mesma. Noutros casos, percebe-se que a resistência à mobilização de suporte se associa ao receio de que os filhos fiquem expostos a novos riscos, impostos por terceiros (E7: *"(...) nunca os deixei com ninguém porque (...) eu achava que o ambiente que eles viviam… eu era mais resguardada"*).

As representações que as participantes possuem sobre o funcionamento infantil e a práticas educativas que adotam, primeiramente, relacionam-se com as necessidades específicas das crianças. É possível identificar vulnerabilidades biopsicossociais variadas, com destaque para as perturbações do neurodesenvolvimento e para o desajustamento consequente das vivências traumáticas (E1: "*(...) descambou tudo. Está muito irritada, muito irrequieta, muito nervosa, muito stressada"*). Contudo, o apoio especializado nem sempre é acessível, o que dificulta a gestão apropriada dessas problemáticas (E3:*"(...) é uma criança com hiperatividade e défice de atenção (...) a escola foi difícil para ele. Lá, estava a ser seguido por psicóloga e psiquiatra, aqui não"*). Ademais, como Lünnemann et al. (2019) e Montgomery et al. (2018) propuseram, verifica-se que mães e filhos tendem a apresentar problemas de saúde mental

semelhantes, o que exige um esforço adicional de regulação emocional e propicia a violência intrafamiliar (Morelli et al., 2021) .

Manifesto no discurso de várias mulheres, especialmente no da participante cujo filho menor está institucionalizado, identifica-se a ideia de que os comportamentos pautados pela impulsividade e pela afirmação oposicionista da adolescência, impõem necessidades complexas de gestão parental. Não obstante, nesse caso, a participante reconhece que a escalada de comportamentos da criança pode advir de um estilo educativo com insuficiente estabelecimento de regras e limites estruturantes (E4: *"Eu nunca fui uma pessoa que lhes dizia: `não, não podes fazer´, pô-los de castigo. Nesse aspeto, se calhar, foi o maior erro que eu cometi"*). Em contraste, a visão das participantes, quanto à manutenção de limites disciplinares, é praticamente unânime. Prevalece a perspetiva de que a prática de um estilo parental autoritativo é essencial, tanto para o desenvolvimento das crianças, como para o bom funcionamento do sistema familiar (E6: *"As regras existem para serem cumpridas. Porque nós estamos em sociedade e porque toda a gente tem de se respeitar, individualmente, em contexto social, tudo. E depois, mediante isso, eu vou permitindo"*).

Noutra ótica, nota-se que as participantes estabelecem uma comparação negativa do funcionamento infantil, entre gerações, sobressaindo a perspetiva de que as crianças são mais desobedientes e não nutrem tanto respeito pelas figuras de autoridade, como ´antigamente`; o que em parte reflete as normas adultocêntricas conceptualizadas por autores como Ferreira et al. (2019) e Rosa et al. (2022) (E5: *"Estes tempos, agora, são mais difíceis. E eu vejo isso com os meus filhos porque eu resmungo, eu ralho, eu castigo, mas… hoje não faz, mas amanhã volta a repetir"*; E8: *"Eles têm de ter mais calma. É uma coisa que as crianças não sabem ter, neste momento"*). No entanto, essas representações socialmente enraizadas não parecem incitar a continuidade da violência, dado que as participantes reconhecem a disfuncionalidade de certas práticas disciplinares utilizadas pelos seus próprios cuidadores, à semelhança do que Boas & Dessen (2019) sugeriram.

No que se reporta a comportamentos desafiantes, surgem discursos que transparecem um entendimento apropriado do desenvolvimento infantil e contrariam a associação proposta por Michl-Petzing et al. (2019), entre as experiências de maus-tratos na infância e a problematização excessiva do comportamento das crianças. A globalidade das participantes normaliza a ocorrência de birras, rejeita o recurso a punições físicas e acredita que devem ser geridas de forma dialogada (E6: *"As birras são normais. Também faz parte da infância. É só puxar a fita atrás, porque eu já estive lá"*; E3: *"Quando se acalma, vem para cá para fora. Aí, já consigo falar com ele"*). Paralelamente, identifica-se o reconhecimento da importância da

aprendizagem contínua, para um exercício parental adequado, bem como o recurso a estratégias promotoras da regulação e da autonomia infantil (E5: "*Eu até os pus no desporto para ver conseguem descarregar as frustrações deles (…), ter um bocado de disciplina com eles próprios."*). Essas práticas são demonstrativas de competências parentais orientadas pela flexibilidade cognitiva e validação da individualidade das crianças.

Apesar dos múltiplos desafios encontrados, de forma geral, as participantes mostram um sentido de autoeficácia robusto e fazem uma avaliação positiva das competências parentais que foram amadurecendo ao longo dos anos (E1: *"Missão cumprida. Levei o meu filho para um bom caminho e estou a tentar levar o meu neto também*"). Então, apesar de a maioria das mulheres ter assumido a maternidade na adolescência, ou no início da idade adulta, de modo semelhante ao que Rosa et al. (2015) verificaram, a aceleração do processo de desenvolvimento mostrou-se protetor para as participantes deste estudo (E8: "*No início, custou-me mais, porque era só eu, passei por fases horríveis, por violência doméstica, por ter ido para uma casa de mães solteiras. Mas agora acalmei, melhorei, aprendi, ganhei mais maturidade (…)"*).

Esse investimento na evolução parental traduz-se, então, num padrão de busca persistente, por proximidade reparadora, entre as mulheres e os seus filhos. Por outro lado, também se observa que a dedicação extenuante à parentalidade, especialmente nos casos em que as participantes têm um número alargado de crianças ao seu cuidado, ou uma rede de apoio muito limitada, propicia um desgaste psicológico favorável ao exercício parental desadequado. Ainda assim, o risco acaba por ser relativizado, com apoio das convenções sociais de sujeição feminina às tarefas de cuidado, tal como Ferreira et al. (2019) e Rosa et al. (2022) propõem (E5: *"Apesar de, muitas vezes, a pessoa estar esgotada…mulheres, mães conseguem tudo"*).

Integração entre as aprendizagens passadas e o momento presente

O balanço que as participantes produzem sobre as sucessivas camadas de adversidade que vivenciaram, ao longo do ciclo vital, é o ponto de partida para a reconstrução contínua do seu papel materno. Mas, mais uma vez, é importante sublinhar que nenhuma experiência exerce uma influência isolada ou determinística na parentalidade destas mulheres. A interrelação entre a significação que elas fazem das suas experiências, passadas e presentes, e o seu padrão de ajustamento psicológico, emocional e social é claro.

Retomando as dimensões discutidas no ponto anterior, percebe-se que as experiências de vitimação, na idade adulta, inflexionaram o exercício parental das participantes. Determinadas mudanças têm a finalidade de minimizar os danos provocados pelas múltiplas facetas da violência doméstica e de contrariar os padrões educativos disfuncionais que as

crianças assimilaram até ao momento (E3*: " (...) tenho de ouvir mais os meus filhos, conversar mais com eles e perceber as necessidades que eles estão a ter. Se fizerem alguma coisa mal, pronto, acontece. Não serem sempre…punidos, de certa maneira. Coisas assim, que eu vi que eu falhei, porque deixei que a outra pessoa influenciasse no meu papel de mãe. Agora percebo que isso aí, se calhar, no futuro pode influenciar de alguma maneira"*). Então, apesar de a vitimação conjugal poder precipitar a prática abusiva, pelas cuidadoras que apresentam vulnerabilidades latentes (Adams et al. 2019), nas participantes deste estudo, verificou-se uma trajetória inversa.

No mesmo sentido, é nítida a sensibilização das participantes, em relação ao impacto que o seu bem-estar psicológico pode ter na harmonia do sistema familiar, dado que elas reconhecem que o recurso a estratégias de bloqueio emocional defensivo pode acabar por comprometer a coesão familiar e a proteção das crianças. Essa consciência reforça a diferenciação destas mulheres em relação às tendências descritas na literatura, potencialmente plasmada pela adaptabilidade e resiliência que foram discutidas em pontos anteriores (E5: *"Eu não estou só a afetar-me a mim. Estou a pôr também em causa a minha a minha responsabilidade como minha mãe. E quer dizer, construí um muro e é como se metesse outra vez o muro abaixo. Mas, neste caso, iria levar os filhos comigo"*).

Num plano de reflexão mais alargado, a narrativa das participantes reflete três ideias centrais. Em primeiro lugar, confirmam-se similaridades entre as atitudes, comportamentos e mecanismos de processamento emocional das mulheres e dos seus cuidadores (E2: *"Sou acumuladora, porque desde muito cedo soube o que era passar fome, ter dificuldades. A minha mãe já era acumuladora (...)"*), mas, também, na descendência (E6: *"Então, eu olho para ele e parece que eu estou a ver-me a mim. Ele quer fazer tudo"*).

Apesar do retrato generalizado de disfuncionalidade familiar, grande parte das participantes expressa empatia pelas figuras cuidadoras, validando a exigência imposta pela complexidade indissociável da parentalidade, especialmente quando essa acontece em contexto de violência doméstica (E6: *"Eu, com cinco filhos, na situação da minha mãe, acho que não conseguiria. Com aquilo que ela tinha, com o que sabia e com o que podia, tentou sempre educar-nos da melhor forma possível"*).

Mas, em última análise, prevalece o desejo de quebrar o ciclo da violência, através da modificação intencional de certos padrões intergeracionais, como sugerido por Reichert & Krindges (2019) e por Rosa et al. (2015). Nomeadamente, nota-se um esforço ativo para blindar as crianças contra a reprodução da violência intrafamiliar (E1:*"As agressões não levam a lado nenhum, o álcool não leva a lado nenhum. E tento não ser igual àquilo que foram para mim"*),

a par da rutura com os modelos autoritários de origem, através da implementação de novos rituais comunicacionais e relacionais (E2: *"Enquanto com os meus pais, eles eram `a minha palavra é lei´, com os meus filhos não. Tento explicar porque digo ou faço. Não é só porque sim. Somos nós que os educamos, mas eles também podem dizer o que é que sentem (...)"*; E3: *"Gosto de estar ali à mesa, que é quando eles contam o que se passou no dia-a-dia, quando eles estão na escola (...) com os meus pais não tinha muito isso"*). Aliás, a acessibilidade, das participantes, à informação é encarada como uma vantagem geracional (E6: *"Estamos a falar de outros tempos, eu acho que temos sempre de ter isto em conta (...) outra perspetiva, outra abordagem, falta de conhecimento… que nós temos hoje"*).

A essas mudanças acrescenta-se a promoção de vínculos construtivos, entre as crianças e a família alargada, das quais as participantes foram privadas na infância e na adolescência. E, ainda, a tentativa de prevenir que os filhos, em particular as meninas, repitam a sua trajetória de adultização precoce, o que sugere que elas compreendem a vulnerabilidade intrínseca e o direito à infância (E3: *"Tive que crescer rápido, tive que me tornar mulher mais depressa (...). Mas eu quero que ela viva as experiências todas direitinhas, nas idades certa (...). Eu faço-lhe ver as coisas, digo-lhe: 'eu não quero que tu vivas tudo que a mãe viveu, entendes'?").*

Conclusões

O presente estudo procurou explorar os processos associados à eventual continuidade geracional da violência familiar, na perspetiva de mulheres que foram vítimas de maus-tratos na infância e/ou na idade adulta e que são, atualmente, figuras maternas. De modo geral, acreditamos que os objetivos específicos de investigação foram cumpridos.

A infância e adolescência da maioria das participantes é descrita como um período marcado por desorganização e conflituosidade familiar, salientando-se a exposição a relacionamentos conjugais violentos e a imposição de um estilo educativo autoritário. Ainda assim, evidencia-se um exercício de validação retrospetiva, no que toca à complexidade dos desafios ultrapassados pelas figuras maternas.

Esse contexto parece ter influenciado o padrão de funcionamento psicológico, emocional e relacional das mulheres, verificando-se uma tendência para o isolamento defensivo. Por outro lado, observa-se que as experiências de vitimação conjugal, na idade adulta, enquadradas em trajetórias de autonomização e parentalidade imatura, amplificaram o impacto disruptivo das experiências adversas precoces. Por seu turno, os filhos das participantes

também assistiram ao contexto familiar violento, no entanto, face à tomada de consciência sobre a necessidade de proteção das crianças, todas as mulheres romperam com as situações de violência doméstica e, hoje, tentam ativamente mitigar os danos causados pela exposição.

No presente, salientam-se dinâmicas de coparentalidade caracterizadas pelos conflitos latentes à separação conjugal e à reorganização familiar. Na maioria dos casos, foram essas disputas que desencadearam a intervenção dos serviços de promoção e proteção e do CAFAP, onde as participantes estão a ser acompanhadas ao abrigo de medidas de Preservação Familiar, com o objetivo de prevenir que os indicadores de risco resultantes da instabilidade familiar se convertam em cenários de perigo.

No que se refere ao exercício da parentalidade, é bastante evidente a intenção das participantes, de quebrar certos padrões intergeracionais. No quotidiano familiar, prevalece o estabelecimento de regras e limites claros, paralelo à manutenção de relações afetivas seguras e à promoção da autonomia das crianças, ainda que sejam implícitas representações depreciativas sobre a obediência da atual geração. Ainda que, em geral, as participantes efetuem uma autoavaliação positiva das suas competências parentais e apresentem uma autoeficácia sólida, verifica-se um padrão de dedicação modelado pelo ideal de maternidade, que, juntamente à insuficiência de suporte social, propicia uma deterioração da saúde mental e aumenta o risco de uma parentalidade desadaptativa.

Destacam-se, porém, dois processos que nos permitem obter uma visão mais aprofundada dos desafios relacionados com a gestão de expectativas e com a reconstrução dos vínculos, depois do afastamento forçado entre as participantes e os seus filhos. O primeiro está ao abrigo de uma medida de Reunificação Familiar (E4) e é evidente um forte desgaste emocional da mãe e do jovem, face ao processo de transição do menor para uma casa de acolhimento. O segundo está integrado na modalidade de Ponto de Encontro Familiar (E7) que, em teoria, deveria salvaguardar o direito à convivência entre a mulher e os seus filhos, mas no qual se observa que a opressão imposta pela figura paterna compromete os laços familiares.

Em suma, os resultados obtidos a partir da análise das entrevistas espelham a pluralidade inerente ao funcionamento familiar, o que inviabiliza uma conceptualização genérica das dinâmicas disfuncionais ou abusivas. No entanto, é claro que, independentemente da adversidade experienciada e da medida concreta aplicada, o sucesso da intervenção depende, consideravelmente, da reciprocidade entre o suporte prestado pelas instâncias formais e o envolvimento das famílias com o mesmo. E, nesse sentido, apesar de os programas que incluem as participantes e as suas famílias seguirem uma orientação multidisciplinar e sistémica, verifica-se que alguns fatores estruturais limitam a recetividade das mesmas face ao apoio.

Especialmente das mulheres se viram envolvidas em processos penais anexos aos processos de promoção e proteção.

Assim, primeiramente, espera-se que os contributos teóricos deste estudo promovam uma consciencialização sociopolítica (Bittar et al., 2012), que incentive o direcionamento de recursos públicos para a criação de medidas que apoiem as mulheres que foram vítimas de violência doméstica e têm crianças ao seu cuidado. Ademais, a implementação de estratégias psicoeducacionais preventivas adquire, aqui, um papel fundamental, uma vez que a intervenção precoce poderá mitigar a probabilidade de o ciclo da violência ter continuidade nas gerações mais novas (Berlin et al., 2011; Bittar et al., 2012; Dixon et al., 2007; Montgomery et al., 2019; Morelli et al., 2021; Ogbonnaya et al., 2019; Rosa et al., 2022). Por outro lado, é essencial a adaptação dos programas às potencialidades e aos desafios específicos de cada agregado familiar (Adams et al., 2019; Berlin et al., 2011), visto que, tanto as mães, como as crianças, apresentam necessidades de intervenção psicológica específicas. Nesse sentido, poderá ser pertinente assegurar uma abordagem informada pelo trauma (Riser et al., 2025) , prevenindo-se a emergência ou reincidência de práticas parentais abusivas (Bittar et al., 2012; Michl-Petzing et al., 2019; Rosa et al., 2015, 2022; Ogbonnaya et al., 2019).

Dado o panorama de coparentalidade descrito, apela-se para a inclusão de diretrizes específicas sobre o exercício colaborativo das responsabilidades parentais, na legislação protetora da infância (Rosa et al., 2022), de forma a assegurar a maior celeridade possível da resposta a situações de conflito interparental. Na mesma lógica, é imperativa a articulação estreita entre o Tribunal, as CPCJ e as respostas especializadas do terreno, designadamente, das Equipas Multidisciplinares de Assessoria aos Tribunais (EMAT) e os CAFAP, para garantir uma avaliação precisa do risco imposto pelos agressores ou pelas mães vitimizadas, após a separação conjugal (Dixon et al., 2007).

Este estudo apresenta algumas limitações, que devem consideradas na interpretação dos resultados. Mesmo que, num estudo de carácter exploratório, e de natureza qualitativa, como este, não se pretenda efetuar generalizações, a extensão da amostra a outros contextos institucionais poderia associar-se a perspetivas distintas nas participantes, uma vez que outras entidades atuam mediante tipologias de intervenção particulares. Outro aspeto, a acautelar, prende-se com o potencial viés de desejabilidade social, embora a metodologia adotada seja favorável à minimização do mesmo, visto que foram abordados temas altamente sensíveis, como a parentalidade, o conflito e a violência.

Com base nas limitações identificadas e na relevância das premissas defendidas, sugere-se que investigações futuras possam expandi-las através de novos caminhos metodológicos e

temáticos. Primeiramente, reforça-se a pertinência de alargar a recolha de dados a mais pessoas e mulheres acompanhadas em contextos mais diversificados. Por último, embora a perspetiva das mães fosse o foco central da investigação, seria produtivo cruzá-la com a visão das crianças e jovens e outras fontes de informação relevantes. Assim, recomenda-se a aposta em estudos longitudinais ou de perspetiva multissectorial, capazes de cruzar as narrativas parentais; entre outras, com as perspetivas dos filhos e dos técnicos que acompanham de perto as famílias, de forma a enriquecer a compreensão global dos processos de mudança e proteção.

Referências bibliográficas

Adams, T. R., Handley, E. D., Manly, J. T., Cicchetti, D., & Toth, S. L. (2019). Intimate partner violence as a mechanism underlying the intergenerational transmission of maltreatment among economically disadvantaged mothers and their adolescent daughters. *Development and psychopathology*, 31(1), 83–93. https://doi.org/10.1017/S0954579418001505

Alexandre, J. & Agulhas, R. (2026). Violência Contra Crianças e na Presença de Crianças: Saber Reconhecer e Identificar os Subtipos de Violência. In *Violência contra as crianças e idosos no contexto mais amplo da Violência Doméstica* (pp. 9-22). Centro de Estudos Judiciários (CEJ). https://cej.justica.gov.pt/LinkClick.aspx?fileticket=G5KycEnjHt0%3d&portalid=30

Almeida, A., André, I., & Almeida, H. (1999). Sombras e marcas: os maus-tratos às crianças na família. *Análise social*, 91-121. http://hdl.handle.net/10400.10/544

Amado, J. (2017). *Manual de investigação qualitativa em educação* (3.ª ed.). Imprensa da Universidade de Coimbra.

Banyard, V. L., Williams, L. M., Siegel, J. A. (2003) The impact of complex trauma and depression on parenting: an exploration of mediating risk and protective factors. *Child Maltreatment,* 8(4), 334–349. https://doi.org/10.1177/1077559503257106

Belsky, J. (1980). Child maltreatment: An ecological integration. *American Psychologist*, 35(4), 320-335. http://doi.org/10.1037/0003-066X.35.4.320

Berlin, L. J., Appleyard, K., & Dodge, K. A. (2011). Intergenerational continuity in child maltreatment: mediating mechanisms and implications for prevention. *Child development*, 82(1), 162–176. https://doi.org/10.1111/j.1467-8624.2010.01547.x

Bittar, D. B., Márcia, A., Angélica, M., & Mendes, E. (2012). Violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes na percepção de mães agressoras. *Revista Eletrônica de Enfermagem*, 14(4). https://doi.org/10.5216/ree.v14i4.15739

Boas, A. C. V., & Dessen, M. A. (2019). Intergenerational transmission of physical violence against children: Mothers' report. *Psicologia em Estudo*, 24, Article 42647.

Brandão, C. do V., Taquette, S. R., & Ribeiro, J. M. (2017). O papel da investigação qualitativa em psicologia. *Revista Psicologia, Diversidade e Saúde*, 6(4), 228–239. https://doi.org/10.17267/2317-3394rpds.v6i4.1731

Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3(2), 77–101. https://doi.org/10.1191/1478088706qp063oa

Briere, J., & Jordan, C. E. (2009). Childhood maltreatment, intervening variables, and adult psychological difficulties in women: an overview. *Trauma, violence & abuse*, 10(4), 375–388. https://doi.org/10.1177/1524838009339757

Creswell, J. W. (1998). *Qualitative inquiry and research design: choosing among five traditions.* Sage Publications.

Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (CNPDPCJ). Relatório da Atividade das CPCJ, Relatório Anual 2025, consultado em https://www.cnpdpcj.gov.pt/relatorio-atividades.

Dixon, L., Browne, K., & Hamilton-Giachritsis, C. (2008). Patterns of Risk and Protective Factors in the Intergenerational Cycle of Maltreatment. *Journal of Family Violence*, 24(2), 111–122. https://doi.org/10.1007/s10896-008-9215-2

Dixon, L., Hamilton-Giachritsis, C., Browne, K., & Ostapuik, E. (2007). The co-occurrence of child and intimate partner maltreatment in the family: Characteristics of the violent perpetrators. *Journal of Family Violence*, 22(8), 675–689. https://doi.org/10.1007/s10896-007-9115-x

Erel, O., & Burman, B. (1995). Interrelatedness of marital relations and parent-child relations: A meta-analytic review. *Psychological Bulletin*, 118(1), 108–132. https://doi.org/10.1037/0033- 2909.118.1.108

Ferreira, C. L. S., Côrtes, M. C. J. W., & Gontijo, E. D. (2019). Promoção dos direitos da criança e prevenção de maus-tratos infantis. *Ciência & Saúde Coletiva*, 24(11), 3997–4008. https://doi.org/10.1590/1413-812320182411.04352018

Instituto Nacional de Estatística & Direção-Geral da Política de Justiça. (2024). Violência na infância: O que dizem os números – 2023, consultado em https://www.ine.pt/xurl/pub/437141663

Leavy, P. (2017). *Research Design: Quantitative, Qualitative, Mixed Methods, ArtsBased, and Community-Based Participatory Research Approaches*. Guilford Press.

Lopes, A. I., Leal, J., & Sani, A. I. (2021). Parental Mental Health Problems and the Risk of Child Maltreatment: The Potential Role of Psychotherapy. *Societies*, 11(3), 108. https://doi.org/10.3390/soc11030108

Lune, H., & Berg, B. L. (2017). *Qualitative Research Methods for the Social Sciences*. Pearson.

Lünnemann, M. K. M., Horst, F. C. P. V., Prinzie, P., Luijk, M. P. C. M., & Steketee, M. (2019). The intergenerational impact of trauma and family violence on parents and their children. *Child abuse & neglect*, 96, 104134. https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2019.104134

Martins, P. C., Matos, C. D., & Sani, A. I. (2023). Parental stress and risk of child abuse: The role of socioeconomic status. *Children and Youth Services Review*, 148, 106879. https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2023.106879

Melo, R. A. d., Carlos, D. M., Freitas, L. A., Roque, E. M. d. S. T., Aragão, A. d. S., & Ferriani, M. d. G. C. (2020). Rede de proteção na assistência às crianças, adolescentes e suas famílias em situação de violência. *Revista Gaúcha de Enfermagem*, 41, e20190380. https://doi.org/10.1590/1983-1447.2020.20190380

Mesquita, C., & Maia, Â. (2019). A Step Toward a Better Understanding of the Relationship Between Victimization and Emotional Distress: Indirect Effect of Adult Attachment and Interaction With Household Dysfunction. *Journal of Interpersonal Violence*, 34(15), 3252-3289. https://doi.org/10.1177/0886260516669541

Michl-Petzing, L. C., Handley, E. D., Sturge-Apple, M., Cicchetti, D., & Toth, S. L. (2019). Re-examining the "cycle of abuse": Parenting determinants among previously maltreated, low-income mothers. *Journal of Family Psychology*, 33(6), 742–752. https://doi.org/10.1037/fam0000534

Montgomery, E., Just-Østergaard, E., & Jervelund, S. S. (2019). Transmitting trauma: a systematic review of the risk of child abuse perpetrated by parents exposed to traumatic events. *International journal of public health*, 64(2), 241–251. https://doi.org/10.1007/s00038-018-1185-4

Morelli, N. M., Duong, J., Evans, M. C., Hong, K., Garcia, J., Ogbonnaya, I. N., & Villodas, M. T. (2021). Intergenerational Transmission of Abusive Parenting: Role of Prospective Maternal Distress and Family Violence. *Child maltreatment*, 26(2), 172–181. https://doi.org/10.1177/1077559520947816

Moscovici, S. (2004). Representações sociais. *Investigações em psicologia social*. Petrópolis: Editora Vozes.

Ogbonnaya, I. N., Keeney, A. J., & Villodas, M. T. (2019). The role of co-occurring intimate partner violence, alcohol use, drug use, and depressive symptoms on disciplinary practices of mothers involved with child welfare. *Child Abuse & Neglect*, 90, 76–87. https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2019.02.002

Ordem dos Psicólogos Portugueses. (2020). Exposição das Crianças à Violência Interparental, consultado em https://www.ordemdospsicologos.pt/pt/noticia/3240

Portugal, A., Caridade, S., Santos, A. S., Spínola, J., & Sani, A. (2023). Dating Conflict-Resolution Tactics and Exposure to Family Violence: University Students' Experiences. *Social Sciences*, 12(4), 209. https://doi.org/10.3390/socsci12040209

Reichert, A. M., & Krindges, C. A. (2019). Mulheres vítimas de violência física na infância e as repercussões na maternidade na idade adulta. *Contextos Clínicos*, 12(2), 431-450.

Riser, M., Trentacosta, C., & Jovanovic, T. (2025). Weaving Invisible Threads: The Impact of Caregiver Trauma on Parenting and Child Brain Development. *Brain sciences*, *15*(7), 726. https://doi.org/10.3390/brainsci15070726

Rosa, L. W., Haack, K., & Falcke, D. (2015). Rompendo o Ciclo de Violência na Família: Concepções de Mães que Não Reproduzem o Abuso Sofrido na Infância com Seus Filhos. *Revista de Psicologia da IMED*, 7, 26-36. https://doi.org/10.18256/2175-5027/psico-imed.v7n2p26-36

Rosa, S. V., Milbrath, V. M., Gabatz, R. I. B., Soares, M. C., & Moraes, J. Z. (2022). Violência intrafamiliar contra crianças: as representações sociais de mulheres agressoras. *Research Society and Development*, 11(14), e115111435970-e115111435970. https://doi.org/10.33448/rsd-v11i14.35970

Salvaterra, M. F., & Chora, M. (2021). *O que pensam e o que sentem as famílias em isolamento social* (Relatório de Investigação n.º 2). Instituto de Apoio à Criança. https://iacrianca.pt/wp-content/uploads/2021/01/Relatorio_investigacao_IAC_2.pdf

Salvaterra, M. F., & Chora, M. (2022). *O que pensam e o que sentem as famílias em isolamento social: Fase II* (Relatório de Investigação n.º 3). Instituto de Apoio à Criança. https://iacrianca.pt/wp-content/uploads/relatorio-investigacao-3-isolamento-social-fase-2-digital-1.pdf

Sani, A. I. (2019). Violência sobre as crianças em contexto doméstico: da dimensão do problema à resposta social. In Amaro, F.; Costa, D. (Coord.), *Criminologia e Reinserção Social* (pp.161-175). Pactor.

Sani, A. I., & Carvalho, C. (2018). Violência doméstica e crianças em Risco: Estudo empírico com autos da polícia portuguesa. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, *34*, e34417. https://doi.org/10.1590/0102.3772e34417

Sani, A. I., & Cunha, D. M. M. D. (2011). Práticas educativas parentais em mulheres vítimas e não vítimas de violência conjugal. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, *27*, 429-437. https://doi.org/10.1590/S0102-37722011000400006

Sistema de Segurança Interna (2026). Relatório Anual de Segurança Interna 2025, consultado em https://portugal.gov.pt/gc25/comunicacao/documentos/rasi-2025-relatorio-anual-de-seguranca-interna

Smith, A. L., Cross, D., Winkler, J., Jovanovic, T., & Bradley, B. (2014). Emotional dysregulation and negative affect mediate the relationship between maternal history of child maltreatment and maternal child abuse potential. *Journal of Family Violence*, 29(5), 483–494. https://doi.org/10.1007/s10896-014-9606-5

United Nations Children's Fund (2023). *International Classification of Violence against Children*, UNICEF, New York.

World Health Organization. (2002). Violence - a global public health problem. In Etienne G. Krug, Linda L. Dahlberg, James A. Mercy, Anthony B. Zwi & Rafael Lozano (Eds.), *The world report on violence and health* (pp. 3-19). World Health Organization. https://www.who.int/publications/i/item/9241545615

Anexos

Anexo 1 – Termo de consentimento informado

De seguida, serão apresentadas algumas informações sobre o objetivo da investigação e sobre aquilo que lhe será solicitado, se tomar a decisão de participar neste estudo. É muito importante com as leia com atenção. Se tiver questões, sinta-se livre para as colocar e esclarecer todas as suas dúvidas. Se concordar com tudo que lhe está a ser apresentado, assine esta declaração. O passo seguinte é a realização da entrevista.

Caracterização do estudo

Este estudo está a ser desenvolvido no âmbito de uma dissertação do Mestrado em Psicologia, na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, por Joana Silva, sob a orientação da Professora Doutora Celina Manita.

O objetivo é obter conhecimento sobre os mecanismos que sustentam a violência em ambiente familiar. É dirigido a pessoas do sexo feminino, maiores de 18 anos, fluentes na língua portuguesa, que têm laços familiares com crianças ou jovens menores de idade, e que se tenham visto envolvidas em processos de Promoção e Proteção.

Para a recolha de dados de investigação, está prevista a realização de uma entrevista. Nesta entrevista será abordada a sua experiência da infância, bem como a seu enquadramento familiar e a sua experiência de maternidade atual.

Carácter Voluntário da Participação

A sua participação é absolutamente voluntária. Tem o direito de recusar responder a qualquer pergunta ou solicitar uma pausa, em qualquer momento. Caso opte por participar na entrevista agora, poderá desistir em qualquer fase do estudo, se assim o desejar mais tarde. A desistência não terá nenhuma consequência, nem precisa de justificar a sua decisão.

Potenciais Benefícios e Riscos

Espera-se que este estudo promova uma maior compreensão as experiências de mulheres adultas, nomeadamente no exercício da parentalidade. A obtenção de conhecimento sobre os mecanismos que sustentam a continuidade da violência por múltiplas gerações, permitirá apoiar o desenvolvimento de estratégias de prevenção, com o propósito de quebrar o ciclo de violência em ambiente familiar.

Os procedimentos de recolha e análise de dados delineados para este estudo regem-se pelos princípios éticos e deontológicos fundamentais para um estudo desta natureza, bem como pelo Regulamento Geral da Proteção de Dados.

As questões que lhe vamos colocar foram pensadas com todo o cuidado, de forma a evitar que a perturbassem. Contudo, temos consciência de que algumas perguntas poderão deixá-la menos confortável ou levá-la a recordar experiências negativas. Nenhuma informação por si fornecida será partilhada com terceiros. Se alguma questão lhe causar desconforto, não se esqueça de que poderá não responder, sem qualquer consequência para si. Se no final da entrevista sentir algum tipo de perturbação ou mal-estar, poderá contactar os serviços de informação e apoio ou instituições que lhe apresentamos no documento anexo.

Confidencialidade e Tratamento dos dados

Para auxiliar o registo e análise da informação, solicita-se a sua autorização para gravar esta entrevista. O ficheiro de áudio será de acesso exclusivo às investigadoras e será armazenado de forma segura, e sem que os seus dados pessoais estejam disponíveis, de modo a assegurar o anonimato da entrevista. Esta gravação serve apenas para facilitar a transcrição e análise do que partilhar connosco. No final do estudo, o ficheiro de áudio será eliminado. Em síntese, os dados serão arquivados e conservados somente durante o tempo necessário à concretização do estudo e defesa da dissertação de mestrado, conforme as regras atuais de proteção de dados pessoais.

Garante-se, ainda, o anonimato e confidencialidade da participação. Nenhum dado de identificação individual será referido na apresentação do estudo. Os resultados deste estudo serão utilizados apenas para fins científicos, podendo vir a apoiar a produção de trabalhos científicos e a divulgação junto dos meios de comunicação social, a ser publicados em formato de tese, livro ou artigo científico, ou apresentados em conferências/eventos científicos. Não serão usados para outros fins.

Caso surja alguma dúvida, pretenda obter informações adicionais sobre o estudo, ou deseje ter conhecimento sobre os dados finais da investigação, por favor, envie um email para up202004345@up.pt ou celina@up.pt. Enviar-lhe-emos um folheto síntese com os principais resultados deste estudo.

Agradecemos desde já a sua colaboração.

Se concordar com o que lhe foi apresentado, prossiga, assinalando o seu consentimento no local indicado.

☐ Declaro que li as informações sobre o estudo, me considero informada sobre o seu funcionamento e que aceito participar.

☐ Declaro que tenho mais de 18 anos.

A participante

_____

A investigadora

_____

Data: ____ /_____ /_____

Anexo 2 – Guião de Entrevista

"Entre o passado e o presente: perspetivas sobre a violência intrafamiliar"

Joana Silva & Celina Manita

Bloco 1 – Enquadramento familiar de origem e história da infância

1: Para começarmos, gostava de conhecê-la melhor. Fale-me um pouco sobre si.

2: Como é que se lembra da sua infância e adolescência?

- **Perguntas de recurso**: Onde é que cresceu e com quem vivia nessa altura? Como era a relação com os seus pais/ cuidadores? Como era a relação entre eles?

[Perguntas extra – aplicáveis apenas se]:

- Assistiu a dinâmicas de conflito/violência: Recorda-se sobre o que pensava ou sentia nos momentos em que os seus pais /cuidadores se desentendiam ou discutiam?
- Mencionou história de desorganização familiar/institucionalização: Tendo vivido experiências em ambientes tão diversos, o que é que a palavra 'família' significa para si, hoje?

3: Quando fazia alguma asneira ou desobedecia aos seus pais/cuidadores, como é que eles costumavam reagir e lidar com a situação?

4: E hoje, o que pensa sobre isso?

Bloco 2 – Ajustamento psicológico, emocional e relacional

5: Acha que as suas experiências de vida na infância influenciaram, de algum modo, a pessoa que é hoje? Se sim, de que modo?

6: Quando está sob stress ou se sente mais zangada/frustrada, como é que lida com essas emoções?

7: No dia-a-dia, quando surge um imprevisto ou uma situação que a obriga, por exemplo, a mudar de planos, qual é que costuma ser a sua primeira reação? [*Se for mais fácil de concretizar, pode pensar numa situação deste tipo, que tenha acontecido no passado ou recentemente*]

8: E depois do momento inicial, como é que lida com o problema?

9: Sente-se à vontade para pedir ajuda, por exemplo, a familiares, amigos ou a profissionais, quando precisa de ajuda para resolver essas situações mais difíceis? [*ou em geral*]

Bloco 3 – Enquadramento familiar atual e exercício da parentalidade

10: Fale-me sobre a sua família atual.

- **Pergunta de recurso**: Atualmente, mantém um relacionamento amoroso com alguém? [perguntas 11, 12, 13 e 14 aplicáveis apenas se a resposta for afirmativa]

11: Como é a relação com o seu companheiro?

12: Quando há uma discordância ou conflito entre o casal, de que forma é que isso a afeta no seu dia-a-dia? [*a nível individual e enquanto mãe*]

13: Acha que isso tem influência no modo como interage com o(s) seu(s) filho(s)? Dê-me um exemplo, por favor.

14: Sente que o seu companheiro participa ativamente na educação do(s) seu(s)/vosso/s filho(s)

15: Existe alguma situação, ou ocasião, em que se sente mais sobrecarregada com a maternidade? [*Por exemplo*, *em que sente mais dificuldade em gerir várias tarefas, ao mesmo tempo? Ou que sinta que tem menos paciência para lidar com alguns comportamentos desafiantes das crianças?*]

16: Nesses momentos, sente que pode recorrer ao apoio de familiares, amigos ou serviços especializados no apoio às famílias? Se sim, a quem?

17: Quando o(s) seu(s) filho(s) fazem uma birra especialmente desafiante, ou lhe desobedecem, qual é que costuma ser o seu primeiro pensamento? [*Se for mais fácil de concretizar, pode recordar um episódio particular e contar-me sobre o que pensou, naquele momento*]

18: Que estratégias procura utilizar para lidar com esses comportamentos?

19: E quando sente que eles estão mais desanimados ou ansiosos, de que forma é que tenta acalmá-los ou confortá-los?

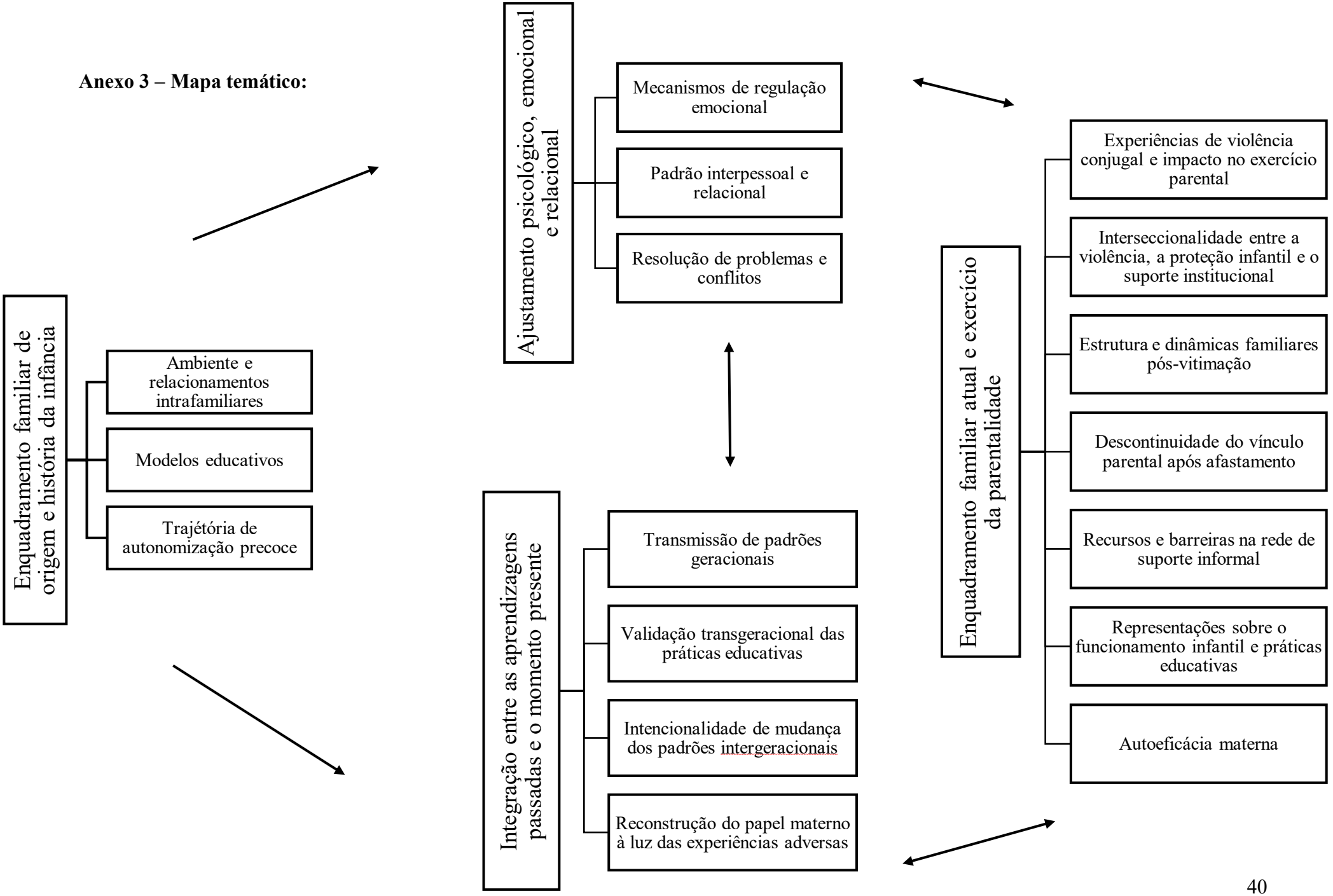
Bloco 4 – Integração entre as aprendizagens passadas e o momento presente

20: Em comparação com a forma como os seus pais/cuidadores a educaram, o que é que, hoje, procura fazer de maneira diferente?

21: Como é que entende que as mães e pais devem ser e agir no cuidado dos filhos?

Conclusão: Gostaria de acrescentar alguma coisa ao que foi dito, ou que eu não tenha perguntado e ache relevante?

Anexo 3 – Mapa temático:



FACULDADE DE **PSICOLOGIA E DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO**